



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SÃO PAULO
Rua Capote Valente, 487 - Bairro Jardim América - CEP 05409-001 - São Paulo - SP - www.crfsp.org.br

EDITAL DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP – UASG 389461

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de dedetização e controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores), com fornecimento de mão de obra, materiais e produtos necessários, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, para a Sede, Seccionais e demais imóveis do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 68.227,33 (sessenta e oito mil, duzentos e sete reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/05/2026** às **9h00** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento

Menor preço por grupo – Intervalo entre lance 2%.

Modo de disputa

ABERTO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

NÃO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO.	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.	14
8. DOS RECURSOS.	16
9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.	17
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.	18
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.	20
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.	21

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº CRFSP25.6.000036189-1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRF-SP, autarquia federal, instituído pela Lei nº 3.820/1960, CNPJ 60.975.075/0001-10, localizado na Rua Capote Valente, 487, Térreo, Jardim América, CEP: 05.409-001, São Paulo / SP, por intermédio de sua Coordenadora de Licitações e Contratos, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de dedetização e controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores), com fornecimento de mão de obra, materiais e produtos necessários, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, para a Sede, Seccionais e demais imóveis do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A presente licitação é destinada a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer

outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2% (dois por cento)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.1.1. O licitante será convocado por meio do sistema para negociar o preço, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo pregoeiro, **de no mínimo 15 (quinze) minutos**, o licitante será desclassificado do certame, sendo convocado o próximo colocado para a negociação.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União, no endereço eletrônico (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

6.1.1. As consultas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser realizadas de forma unificada através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples/digitalização, desde que LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser previamente agendado, por meio do(s) telefone(s): (11) 3067-1477 ou pelo e-mail: suprimentoseservicos@crfsp.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**.

7.11.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicafo ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. Após a homologação da licitação em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. Será adotada a assinatura eletrônica via SEI – Sistema Eletrônico de Informações, por meio do cadastro de usuário externo, (https://www.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12947), devendo a empresa homologada efetuar o prévio cadastramento de seus representantes, conforme indicado na proposta comercial (Anexo I). Excepcionalmente, a Administração admitirá outros meios de assinatura eletrônica desde que em conformidade com o art. 6º do [Decreto nº 8.539/2015](#) e obedecidos os padrões de assinatura eletrônica definidos no [Decreto nº 10.543/2020](#).

9.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.3.1. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

9.3.3. O Contratado reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no [artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos no [artigo 138](#) da mesma Lei.

9.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

9.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

9.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

9.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. Fraudar a licitação
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1. Advertência;
 - 10.2.2. Multa;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.4.3. Na aplicação da multa, serão aplicadas as devidas correções monetárias mediante uso do índice INPC/IBGE, levando-se em conta o mês do fato gerador como data inicial, e o último índice divulgado como data final, no momento da aplicação da penalidade, nos termos do artigo 16, §4º da [Portaria CRF-SP nº 03, de 2024](#).

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste edital realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na [Portaria CRF-SP nº 03, de 2024](#), inclusive quanto uso de intimações eletrônicas por meio do [Sistema de Eletrônico de Informação - SEI](#).

10.16. As infrações e penalidades dispostas nesse tópico se referem especialmente às disposições da licitação, ficando no Termo de Referência e/ou contrato os regramentos inerentes à atos praticados no decorrer da contratação / execução.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@crfsp.org.br.

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (Portal da Transparência do C R F - S P : <https://www.crfsp.org.br/geral/2213-licitacoes-em-andamento.html> e Portal de Compras Governamentais: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

11.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <http://www.crfsp.org.br/geral/2213-licitacoes-em-andamento.html>

12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na forma digital, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, observados os seguintes procedimentos:

12.11.1. Os interessados deverão realizar previamente o cadastro como usuário externo no SEI, por meio do link: https://portal.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12943;

12.11.2. Após a realização do cadastro, deverá ser encaminhada solicitação de acesso ao processo eletrônico para o e-mail: licitacoes@crfsp.org.br

12.11.3. O acesso ao processo administrativo será concedido mediante a assinatura de formulário de responsabilização referente ao acesso a dados pessoais em processo eletrônico, e ficará disponível apenas durante o período destinado à apresentação das razões recursais, das contrarrazões ou à realização de vista dos autos.

12.12. O licitante tem ciência que em razão do [art. 7º, §3º, da Lei nº 13.709/2018](#), os dados pessoais contidos nos documentos anexados ao processo (documentos de habilitação, certidões, proposta comercial etc.) serão divulgados no portal da transparência do CRF-SP e, se necessário, em outros sistemas utilizados pela autarquia, independentemente de autorização prévia.

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.13.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de dedetização e controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores), com fornecimento de mão de obra, materiais e produtos necessários, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, para a Sede, Seccionais e demais imóveis do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	3417 - Desinsetização / desratização / dedetização	Serviço de dedetização e controle de pragas urbanas compreendendo desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores para Sede e Seccionais do CRF-SP	Execução 2 vezes ao ano (1 por semestre)	R\$ 39.177,33
2	25194 - Serviço especializado de limpeza	Serviço de Limpeza e Desinfecção de Caixas D'água para Sede e Seccionais do CRF-SP	Execução 2 vezes ao ano (1 por semestre)	R\$ 29.050,00

1.1.1. O serviço de dedetização e controle de pragas urbanas deverá estar em conformidade com a RDC ANVISA nº 622/2022, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, Portaria GM/MS nº 888/2021 (padrões de potabilidade da água) e NBR 5626/2020 (instalações prediais de água fria).

1.2. Havendo divergências entre o código CATSER ou a descrição do material do sistema COMPRAS.GOV.BR, com o apresentado neste Edital, prevalecerá a última, salvo disposição expressa do Pregoeiro.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, conforme motivos especificados na justificativa da contratação,

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum de natureza continuada, em observância ao disposto a [Portaria CRF-SP nº 14, de 2024](#), tendo em vista que sua finalidade é atender à necessidade permanente da Administração, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades do CRF-SP. É evidente, ainda, a necessidade do pleno funcionamento da solução para os serviços e atividades de competência do Conselho.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da contratação:

(1) O serviço compreendido no item 1, visa controlar pragas urbanas, tais como roedores, baratas, moscas, traças, pulgas, cupins, escorpiões, formigas, pombos, entre outros, que podem ser encontrados nas dependências do CRF-SP, necessitando, assim, de um controle eficiente. Com efeito, esses serviços proporcionam uma qualidade de vida no trabalho e um ambiente agradável para os funcionários, além de prevenir algumas patologias provenientes desses tipos de insetos.

(2) O serviço compreendido no item 2, justifica-se em função das caixas d'água poderem acumular resíduos presentes na água fornecida pela empresa de água (SABESP), além de vários insetos e animais nocivos à saúde, que podem contaminar a caixa de água, sendo também locais ideais para a reprodução das bactérias, podendo se tornar até um caso de saúde pública

2.2. Justificativa do agrupamento dos itens:

Redução de custos operacionais e administrativos, por meio da centralização dos serviços em um único contrato por serviço abrangendo todas as localidades, evitando fragmentações, duplicidades e desperdícios de recursos, proporcionando a melhoria na gestão dos recursos humanos e materiais, com equipes capacitadas, supervisionadas e integradas, atuando com regularidade e padronização nos procedimentos. Destaque-se ainda

que um fornecedor único propicia maior capacidade de resposta a demandas emergenciais, por meio da logística integrada e da flexibilidade operacional proporcionada pela empresa contratada.

3. QUANTIDADES, LOCAIS, ÁREAS, APLICAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução dos serviços acontecerá na sede, seccionais e imóveis do CRF-SP conforme relação a seguir.

3.2. Os serviços deverão ser realizados de segunda à sexta nas seccionais e imóveis, em datas e horários a serem definidos previamente entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

3.3. A Sede deverá ser realizada no sábado, a dedetização e a limpeza das caixas de água, no período da tarde, ou em outro dia da semana em horário a ser definido de comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

ITEM 1 - DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP					
Sub-item	Local / Município / CNPJ Faturamento	Endereço	Especificação	Área Total (m²)	Descrição dos Serviços
1.1	Sede - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, CEP 05409-001 / CJ:01, Loja, 11,12, 21, 22, 31, 32, 41, 42, 51, 61, 62, 71, 81, 82,91,92, 10º andar e Garagens (Subsolo 1 e 2)	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s) e garagens]	1152,68	Desinsetização; Descupinização; Desratização (Garagens e loja)
1.2	Sobreloja - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Amaral Gurgel, 477, conj. 1 e 2 - Vila Buarque, CEP 01302-000 / CJ: Sala 21, Sala 32, Salão 1º, Salão 2º	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	574,40	Desinsetização; Descupinização
1.3	Seccional Araçatuba 60.975.075/0004-62	Av. Waldemar Alves, 1215 - Vila Industrial, CEP 16072-175	Casa comercial [Áreas internas e externas]	268,45	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)
1.4	Seccional Araraquara 60.975.075/0013-53	Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo CEP 14801-385	Casa comercial [Áreas internas e externas]	418,00	Desinsetização; Controle de pragas (escorpião)
1.5	Seccional Bauru 60.975.075/0017-87	Rua Manoel Pereira Rolla, 14 - Vila Nova, CEP 17012-190	Casa comercial [Áreas internas e externas]	170,79	Desinsetização; Controle de pragas (pombo)
1.6	Seccional Barretos 60.975.075/0015-15	Rua Dezoito, 331 - conj. 61 - Centro, CEP 14780-060	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	126,70	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.7	Seccional Bragança Paulista 60.975.075/0025-97	Av. Salvador Markovicz, 135, conj. 307 - Taboão, CEP 12916-400	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	44,74	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.8	Seccional Campinas 60.975.075/0016-04	Rua Ibsen da Costa Manso, 30, Jd Chapadão, CEP 13070-078	Casa comercial [Áreas internas e externas]	128,20	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)
1.9	Seccional Fernandópolis 60.975.075/0010-00	Rua Rio Grande do Sul, 2181, Coester, CEP 15600-067	Casa comercial [Áreas internas e externas]	261,72	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)
1.10	Seccional Franca 60.975.075/0021-63	Av. Sete de Setembro, 500, conj. 207, CEP 14401-278	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	54,94	Desinsetização; Descupinização
1.11	Seccional Guarulhos 60.975.075/0019-49	Av. Salgado Filho, 252, conj. 408 e 409, CEP 07115-000	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	219,50	Desinsetização; Controle de pragas (pombo)
1.12	Seccional Jundiaí 60.975.075/0007-05	Rua Hilda Del Nero Bisquolo, 102, conj. 807, CEP 13208-703	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	45,55	Desinsetização; Descupinização
1.13	Seccional Marília 60.975.075/0024-06	Av. Monte Carmelo 560, conj. 02, Fragata, CEP 17519-030	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	128,37	Desinsetização; Descupinização
1.14	Seccional Mogi das Cruzes 60.975.075/0023-25	Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 145, conj. 1014, Jd. Armênia CEP 08780-500	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	135,88	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.15	Seccional Osasco 60.975.075/0027-59	Av. dos Autonomistas, 900 - conj. 2108, CEP 06020-010	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	57,00	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.16	Seccional Piracicaba 60.975.075/0006-24	Av. Independência, 724, conj. 17, Alto, CEP 13419-160	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	50,23	Desinsetização; Descupinização

1.17	Seccional Presidente Prudente 60.975.075/0018-68	Rua Claudinor Sandoval, 407 - Jd. Paulista, CEP 19023-200	Casa comercial [Áreas internas e externas]	244,17	Desinsetização; Descupinização
1.18	Seccional Ribeirão Preto 60.975.075/0005-43	Rua Dr. Soares Romeu, 404 - Jardim São Luiz CEP 14020-370 - Ribeirão Preto - SP	Casa comercial [Áreas internas e externas]	210,00	Desinsetização; Descupinização
1.19	Seccional Santos 60.975.075/0020-82	Av. Conselheiro Nébias, 730 - Sala 73 - Boqueirão, CEP 11045-002	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	98,00	Desinsetização; Descupinização
1.20	Seccional Santo André 60.975.075/0011-91	Av. Portugal, 141, 5º andar Conjunto 51 - Centro, CEP 09040-010	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	84,98	Desinsetização; Descupinização
1.21	Seccional São João da Boa Vista 60.975.075/0014-34	Av. Dr. Durval Nicolau, 2.472 – conj. 01 - Riviera de São João, CEP 13874-142	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	88,74	Desinsetização; Descupinização
1.22	Seccional São José do Rio Preto 60.975.075/0002-09	Rua Rubião Junior, 2634 - Centro CEP 15010-090	Casa comercial [Áreas internas e externas]	285,60	Desinsetização; Descupinização
1.23	Seccional São José dos Campos 60.975.075/0003-81	Rua Antonio Moraes Barros, 66 – Centro, CEP 12245-690	Casa comercial [Áreas internas e externas]	158,00	Desinsetização; Desratização
1.24	Seccional Sorocaba 60.975.075/0022-44	Rua Conde D'Eu, 142 - Vergueiro - CEP 18030-040	Casa comercial [Áreas internas e externas]	347,50	Desinsetização; Controle de pragas (escorpião)
1.25	Seccional São Paulo (Leste) 60.975.075/0009-77	Rua Padre João, 444, conj. 44 e 45 - Penha, CEP 03637-000	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	102,87	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.26	Seccional São Paulo (Sul) 60.975.075/0008-96	Av. das Nações Unidas, 18801, conj. 1601 - Jd. Dom Bosco, CEP 04757-025	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	85,94	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)
1.27	Campinas (imóvel inativo)	Rua Ribeiro Barata, 79, Salas 113 e 114. Vila Itapura, CEP: 13023-030 - Campinas - SP	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	79,04	Desinsetização; Descupinização

Sub-Item	Local / Município / CNPJ Faturamento	Endereço	Quantidade de Caixas X Capacidades (Litros)	Descrição dos Serviços
2.1	Sede - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, CEP 05409-001	4 x 7.500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no prédio da Sede
2.2	Seccional Araçatuba 60.975.075/0004-62	Av. Waldemar Alves, 1215 - Vila Industrial, CEP 16072-175	1 x 1.000 L 1 x 500 L 1 x 250 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.3	Seccional Araraquara 60.975.075/0013-53	Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo CEP 14801-385	2 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.4	Seccional Bauru 60.975.075/0017-87	Rua Manoel Pereira Rolla, 14 - Vila Nova, CEP 17012-190	2 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.5	Seccional Fernandópolis 60.975.075/0010-00	Rua Rio Grande do Sul, 2181, Coester, CEP 15600-067	3 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.6	Seccional Presidente Prudente 60.975.075/0018-68	Rua Claudinor Sandoval, 407 - Jd. Paulista, CEP 19023-200	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.7	Seccional Ribeirão Preto 60.975.075/0005-43	Rua Dr. Soares Romeu, 404 - Jardim São Luiz CEP 14020-370 - Ribeirão Preto - SP	1 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.8	Seccional São José dos Campos 60.975.075/0003-81	Rua Antonio Moraes Barros, 66 – Centro, CEP 12245-690	3 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.9	Seccional São José do Rio Preto 60.975.075/0002-09	Rua Rubião Junior, 2634 - Centro CEP 15010-090	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel
2.10	Seccional Sorocaba 60.975.075/0022-44	Rua Conde D'Eu, 142 - Vergueiro - CEP 18030-040	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel

4. DEFINIÇÃO DE DEDETIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS CAIXAS DE ÁGUA PERIÓDICA E VISTORIA DOS LOCAIS

4.1. Entende-se por dedetização preventiva e periódica, a aplicação dos produtos saneantes e desinfetantes, sendo 2 (duas) aplicações por ano para cada local e em caso de reincidências, a aplicação de reforço conforme necessário.

4.2. Dedetização obrigatória: realizada nos locais, sendo aplicados em todo o local e área externa pertencente ao CRF-SP.

4.3. Entende-se por limpeza e desinfecção preventiva e periódica das caixas de água, a remoção de resíduos, e a limpeza completa com produtos saneantes e desinfetantes, sendo 2 (duas) limpezas e desinfecção ao ano para cada caixa.

4.4. É facultado aos licitantes realizar vistoria nos imóveis descritos no item 3, a fim de complementar e verificar as especificações apresentadas, observando-se o seguinte:

4.5. A vistoria poderá ser realizada por qualquer preposto, mediante prévio agendamento, com o mínimo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para realização da sessão pública, em horário comercial, pelo telefone (11) 3067-1477 e no e-mail: suprimentoseservicos@crfsp.org.br.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá efetuar os serviços de dedetização e desratização com a aplicação de produto químico de longo efeito residual - internamente (paredes, rodapés, cantos, etc) e externamente (paredes, cantos, gramas, rede sanitária, rede de águas pluviais, caixa de passagem e gordura), tendo como objetivo o controle e extermínio de insetos (formigas, baratas, aranhas, moscas, mosquitos, escorpiões, pernilongos, cupins etc.) e roedores.

5.2. A CONTRATADA deverá garantir o serviço executado pelo prazo de 180 dias, prontificando-se a refazê-lo total ou parcialmente em caso de ineficiência do produto ou serviço prestado.

5.3. A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos, pragas e demais pertinentes ao serviço contratado.

5.3.1. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

5.3.2. A CONTRATADA obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações da CONTRATANTE, com vista a eliminar existência de insetos, baratas, ratos e demais pertinentes ao serviço contratado, que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

5.4. A CONTRATADA deverá fornecer o laudo/comprovante de serviço executado, conforme RCD nº 622, de 09 de março de 2022, da ANVISA, juntamente com 02 (duas) vias do certificado de garantia, sendo que uma cópia deverá ser enviada juntamente com a nota fiscal para a sede do CRF-SP.

5.5. O combate a insetos e animais nocivos deverá ser aplicado interna e externamente, conforme planilha constante no item 2, na sede, seccionais, em todas as áreas internas dos conjuntos comerciais e áreas externas das casas comerciais incluindo:

- a) Áreas de escritório;
- b) Áreas das copas;
- c) Áreas dos banheiros/sanitários e ralos;
- d) Áreas de depósitos;
- e) Áreas de arquivos;
- f) Áreas dos auditórios;
- g) Áreas pontos de limpeza interna e externa das caixas de esgotos, gorduras, lixeiras;
- h) Áreas dos forros;
- i) Áreas dos jardins;
- j) Demais áreas.

5.6. Na prestação de serviço, em conjuntos comerciais das seccionais, estão inclusas apenas as áreas/salas internas de cada conjunto, excluindo-se as áreas comuns e de circulação do prédio que são de responsabilidade de cada condomínio. Exceto o prédio da Sede, visto pertencer ao CRF-SP.

5.7. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de: insetos, aracnídeos, escorpiões, roedores e demais pertinentes ao serviço contratado.

5.8. A CONTRATADA deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos e gordura, ralos de banheiros e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais.

5.9. Concluída a dedetização e desratização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

5.10. Metodologia no Controle de Insetos e Outros

5.10.1. Esse processo de controle terá como alvo os insetos rasteiros ou voadores (baratas, formigas, traças, pulgas, mosquitos, moscas etc.) e também as aranhas e escorpiões, e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas), tanto para extinção como para prevenção.

5.10.2. O controle deverá ser efetuado através de pulverização, aplicação de gel e polvilhamento de pó.

5.10.3. Deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio imediato) e poder residual.

5.10.4. Inspeção completa do ambiente é necessária para identificar os locais que ofereçam água, abrigo, acesso e alimento aos escorpiões. Avaliar o grau, o tipo e local da infestação nas áreas interna e externa, aplicações de inseticidas no ambiente, atingindo frestas e fendas, rodapés, caixas de esgoto, pluviais e de gordura e demais locais internos e externos com produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde.

5.10.5. Aplicações serão executadas no sistema de cruzamento envolvendo a aplicação de “spray”, gel, pulverização, e/ou de outros métodos adequados e eficientes ao combate de cada praga, os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

5.10.6. Aplicações serão executadas no sistema de cruzamento envolvendo a aplicação de “spray”, gel, pulverização, e/ou de outros métodos adequados e eficientes ao combate de cada praga, os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

a) Aplicação utilizando o método “spray”: Composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo os mesmos serem inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana e inofensivo as plantas. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais do CRF-SP;

b) Aplicação utilizando o método gel: Aplicação específica utilizando equipamentos especiais os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, outros. Os produtos deverão ter as mesmas características do anterior.

5.11. Metodologia no Controle de Roedores

5.11.1. O serviço de controle de roedores terá como alvo os *rattus norvegicus* (rato de esgoto), *rattus rattus* (rato de telhado ou rato caseiro) e os *mus musculus* (camundongo) e deverá ser efetuado em todas as áreas (internas e externas) em que se denuncie a presença desse tipo de animais.

5.11.2. Deverão ser utilizadas armadilhas, iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato e/ou de outros métodos adequados e eficientes para combate de ratos;

5.11.3. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

5.12. Metodologia no Controle de Cupins (Prevenção)

5.12.1. O serviço de controle de cupins terá o objetivo preventivo de criar uma barreira protetora na área a ser tratada, para evitar a penetração desses insetos na madeira.

5.12.2. Para proteger o madeiramento (principalmente dos forros) contra cupins de madeira seca, utilizar-se-á a técnica de micro pulverização, que poderá ser realizada por meio de pulverizador elétrico ou manual.

5.13. Serviços de Controle de Aves (Pombos)

5.13.1. Os serviços de controle de aves e morcegos consistem no controle de pombos urbanos (*Columba Livia*), outras aves e morcegos. Como não se devem matar e nem maltratar estas espécies, deve-se remover ninhos, efetuar limpeza de estruturas, aplicação de repelentes, aplicação de gel, instalação de telas, pulverização geral contra piolhos de pombos e tomar todos os cuidados para o devido controle destas pragas.

5.13.2. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

a) Não causarem manchas;

- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos a saúde humana;
- e) Serem inofensivos as plantas;
- f) Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- g) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado órgão.
- h) Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

5.13.3. Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor.

5.13.4. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado órgão.

5.13.5. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

5.13.6. Cronograma de Aplicações

5.13.6.1. A CONTRATADA deverá executar uma aplicação geral em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato. Após 06 (seis) meses da primeira aplicação deverá ser dada a segunda aplicação geral, nos locais previstos no item 1.2 do termo de referência.

5.13.6.2. Os serviços deverão ser realizados em datas e horários a serem definidos previamente entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE LIMPEZA E DESSINFECÇÃO DAS CAIXAS DE ÁGUA

6.1. A limpeza deve ser feita por profissionais qualificados ou empresas especializadas que sigam um procedimento padrão, geralmente envolvendo o uso de roupas limpas, luvas e, se necessário, botas de borracha exclusivas para essa finalidade, além de saneantes aprovados como água sanitária a 2,0% a 2,5% (sem essência ou corante)

6.2. Higienização dos reservatórios com hidro jateamento, escovação e pré-coloração;

6.3. Tratamento com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada ao consumo humano com monitoramento de cloro residual e pH;

6.4. Fornecer as tampas adequadas e prever o esponjamento nas bordas dos reservatórios a fim de impedir a penetração de insetos e outros agentes patogênicos em seu interior;

6.5. Desinfecção das redes de distribuição interna;

6.6. Desinfecção dos conjuntos de sucção e recalque;

6.7. Promover o esgotamento parcial do reservatório ou caixa d'água, por meio de bomba submersa ou manualmente;

6.8. Limpar e retirar o lodo e detritos acumulados nas paredes e no fundo do reservatório ou caixa d'água;

6.9. Tampar a saída do reservatório ou caixa-d'água e lavar as paredes e o fundo com escova de fibra macia, sendo que nas caixas impermeabilizadas deverão ser utilizadas buchas macias, sendo vedado o uso de escova de aço, vassoura, detergente ou outro produto e equipamento não autorizado

6.10. Retirar a água da lavagem e a sujeira com pá de plástico, baldes e panos limpos, deixando o reservatório ou caixa d'água devidamente livre de impurezas. Não esgotar a sujeira pelo cano de saída de água;

6.11. Secar o fundo com panos limpos abrir o registro da entrada ou desamarrar a boia e deixar o reservatório ou caixa d'água encher;

6.12. Tampar adequadamente o reservatório ou caixa-d'água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;

6.13. Colar etiqueta autoadesiva no lado externo do reservatório ou caixa d'água, constando a data da desinfecção e o nome da empresa que a executou.

6.14. Análise laboratorial de água exigido pelo Ministério da Saúde segundo portaria 518 de 25/03/2004, do MS, após a limpeza dos reservatórios;

6.15. Emissão de certificado de saneamento com validade de 06 (seis) meses;

6.16. Para a desinfecção na prática, métodos como a cloração, radiação UV e ozônio são reconhecidos e utilizados, mas a cloração é o método mais comum e exigido para manter um residual protetor na rede.

7. SUSTENTABILIDADE

7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

7.1.1. Requisitos mínimos de sustentabilidade aplicáveis ao objeto:

a) Produtos de Baixo Impacto Ambiental:

A contratada deverá utilizar produtos e insumos que apresentem menor impacto ambiental, priorizando substâncias biodegradáveis, formulações de baixa toxicidade e produtos registrados nos órgãos competentes.

b) Uso Eficiente de Recursos Naturais:

A execução dos serviços deverá adotar práticas de redução do consumo de água e energia, utilizando métodos que minimizem desperdícios e permitindo o registro dos volumes empregados.

c) Gestão Ambiental de Resíduos :

A empresa deverá garantir segregação adequada, acondicionamento correto, coleta e transporte conforme legislação, destinação final ambientalmente segura e emissão de MTR quando aplicável.

d) Redução de Emissões:

A contratada deverá implementar logística eficiente, manutenção preventiva de frota e uso de equipamentos energeticamente eficientes.

e) Saúde e Segurança:

Uso correto de EPIs, capacitação da equipe e adoção de procedimentos que evitem contaminações químicas e biológicas.

f) Responsabilidade Social e Ambiental:

Preferência por empresas com políticas e certificações como ISO 14001 e ISO 45001 e práticas ESG.

g) Alinhamento ao PLS :

As ações sustentáveis devem seguir os direcionamentos do Plano Diretor de Logística Sustentável.

h) Transparência e Rastreabilidade:

Apresentação de relatórios contendo produtos usados, quantidades aplicadas, volumes de água consumidos e destinação dos resíduos.

i) Acessibilidade e Inclusão :

Observância às diretrizes de acessibilidade quando aplicáveis ao objeto.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Disponibilizar funcionário para acompanhar o recolhimento;

8.2. Fornecer todas as informações disponíveis e necessárias à execução dos serviços do objeto contratado;

8.3. Realizar os pagamentos com base na quantidade de imóveis efetivamente dedetizados e caixas d'água limpas, mediante apresentação de relatório e certificado de execução dos serviços prestados;

8.4. Observar obrigações resultantes da observância da legislação vigente;

8.5. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstas no edital, no termo de referência, na proposta e no contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;

8.6. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da CONTRATADA para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

8.7. Prestar à CONTRATADA e a seus representantes e funcionários, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

8.8. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;

8.9. Manter equipe interna à disposição da CONTRATADA para acompanhamento, participação em reuniões, fornecimento de informações e esclarecimentos quanto às diretrizes do trabalho;

8.10. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, cuja emissão deverá ser para o CNPJ correspondente a cada imóvel, conforme indicado no item 2 deste anexo;

8.11. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.13. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.14. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.15. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.16. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.17. Solicitar a substituição de qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pelo CRF-SP;

8.18. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;

8.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, antes das aplicações, o Plano de Trabalho para execução dos serviços, do qual deve constar o cronograma de execução e a relação dos produtos químicos a serem utilizados.

9.2. Apresentar, junto ao plano de trabalho referido no item 6.1., o Procedimento Operacional Padrão (POP) contendo todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente.

9.3. Iniciar a execução em primeira etapa dos serviços em todos os imóveis relacionados no item 3.1., no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato.

9.4. Iniciar, seis meses após a realização da primeira etapa, a execução em segunda etapa dos serviços em todos os imóveis relacionados no 3.1., enviando cronograma com 10 (dez) dias úteis de antecedência.

9.5. Efetuar os trabalhos de modo a garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.

9.6. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

9.7. Apresentar comprovante de licenciamento junto à autoridade sanitária e ambiental competente, conforme a artigo 4º e respectivo parágrafo único da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 622, de 09/03/2022 da ANVISA.

9.8. Atender as normas RDC 216/2004 e RDC 63/2011 (ANVISA).

9.9. Ser responsável pelo fornecimento da mão-de-obra, das ferramentas, equipamentos, produtos, utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obrigando-se à:

9.9.1. Segurança e Higiene:

a) Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's específicos por parte de seus funcionários,

b) Garantir que os profissionais que executam o serviço de limpeza e desinfecção possuam treinamento específico e permissão de trabalho nesses lugares, conforme as NR 33 e NR35.

c) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio;

d) Comunicar à CONTRATANTE sobre qualquer acidente com envolvimento de seus funcionários e, emitir, caso necessário a Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, às entidades competentes.

9.9.2. Materiais, Ferramentas e Produtos:

a) Disponibilizar as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, sendo a guarda destes de sua exclusiva responsabilidade.

b) Fornecer todo o material de consumo necessário para a execução dos serviços contratados.

9.9.3. Pessoal:

a) Apresentar o funcionário devidamente uniformizado e identificá-lo através de crachá contendo fotografia recente, nome e função, e exigir seu uso em local visível.

b) Substituir sempre que exigido pelo CRF-SP e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pelo CRF-SP.

c) Designar preposto para representá-la, e responsável pelo acompanhamento das reclamações ou providências decorrentes da má execução dos serviços;

d) Ter em seu quadro pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional competente, tudo em conformidade com a Resolução RCD nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA/MS.

9.9.4. Transporte:

a) Providenciar os deslocamentos do funcionário e materiais, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, para o atendimento dos serviços contratados.

9.9.5. Danos Materiais:

a) Responder integralmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CRF-SP e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

b) Repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto do CRF-SP e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.9.6. Diversos:

a) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações constantes da proposta de preços, as disposições do instrumento convocatório e seus anexos, a boa técnica, as instruções dos fabricantes dos equipamentos e sistemas e dos materiais utilizados, legislações e normas pertinentes.

b) Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, incluindo transporte, ferramental, equipamentos de segurança, etc.

c) Apresentar, quando exigido pelo CRF-SP, comprovantes de pagamento de salários, recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais relativos aos seus funcionários e necessários ao cumprimento do contrato.

9.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

9.11. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos mesmos;

9.12. Manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto contratado

9.13. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, sendo limitado em conformidade com o artigo 125 da Lei nº 14.133/21, nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#).

9.14. Prestar os serviços do objeto contratado, conforme especificado, sempre da melhor qualidade, bem como, a solucionar qualquer falha que ocorra, resultante de má qualidade na prestação dos serviços;

9.15. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados e dos itens fornecidos;

9.16. Cumprir as condições e prazos dispostos no edital;

9.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.18. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Contratante ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços ou na entrega dos itens contratados;

9.19. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como laudos, vistorias, salários, transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, bem como indenizações e quaisquer outros custos que sejam devidos aos seus empregados ou prepostos, em razão do desempenho dos serviços contratados;

9.20. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados;

9.21. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação, mantendo-se devidamente regularizada e apta à contratação com entidades públicas, devendo manter em situação regular e com prazo de validade em vigor os seguintes documentos, que podem ser solicitados a qualquer tempo pelo Contratante:

a) Regularidade Trabalhista (Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa);

b) Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal do Brasil – Certidão conjunta/FGTS e INSS); e

c) Regularidade Municipal/Distrital (Receita Municipal/Distrital).

9.23. NÃO apresentar, tanto para o CNPJ da Contratada, como para o CPF do sócio majoritário, sanção que impeça a contratação com entidades públicas registradas no:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

d) Cadastro de Licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

9.24. Comparecer, sempre que convocada pelo Contratante, ao local por este designado, por meio de seus representantes legais ou de preposto devidamente designado, para exame, análise e prestação de esclarecimentos acerca de quaisquer problemas ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados.

9.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.26. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Não obstante o Contratado seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CRF-SP é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por funcionário indicado, podendo para isso:

12.1.1. Acompanhar os serviços que serão executados pelo Contratado, em qualquer de suas fases, sem prévia comunicação.

12.1.2. Promover as diligências necessárias de forma a acompanhar a execução do contrato;

12.1.3. Tomar a decisão final em todos e quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, levando-se em conta a experiência, opiniões e sugestões do Contratado;

12.1.4. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação.

12.2. É assegurada ao Contratante a faculdade de exigir, a qualquer tempo, do Contratado, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

12.3. A fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados pelo Contratado serão feitos pelo **Departamento de Suprimentos e Serviços**, que reclamará junto ao representante ou preposto indicado a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à

autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo das penalidades que se mostrarem cabíveis.

12.4. Nos termos do [art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.4.1. O recebimento de material será realizado em conformidade com o estabelecido nas Seção I e II do Capítulo IV da [Portaria CRF-SP nº 42, de 18 de setembro de 2023](#).

12.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ([Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º](#)).

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado após a completa execução dos serviços e/ou entrega dos itens, no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, creditada em conta bancária da Contratada, mediante atesto do departamento gestor do contrato.

13.1.1. Caso seja devolvida por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal novo prazo de 21 (vinte e um) dias será contado a partir de sua reapresentação, sem qualquer ônus para o Contratante, independentemente da data de vencimento.

13.2. A nota fiscal poderá ser substituída por fatura ou documento equivalente, observada a legislação aplicável.

13.3. No campo para descrição na nota fiscal o Contratado deverá informar os dados bancário para depósito, fazendo constar o banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso o Contratada opte por esta forma de pagamento.

13.3.1. Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá observar as retenções previstas nos subitens abaixo.

13.4. Para emissão da nota fiscal, o Contratado deverá observar a legislação fiscal vigente e suas alterações subsequentes, especialmente a [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012](#), e suas alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, devendo fazer constar no campo próprio da nota fiscal os percentuais de descontos e retenções.

13.4.1. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o [art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), em relação às suas receitas próprias, deverão, juntamente com a nota fiscal para pagamento, apresentar devidamente preenchido o Anexo IV da instrução Normativa a que se refere o item anterior.

13.5. Além do disposto acima, o Contratado também deverá observar a [Lei Complementar nº 116/2003](#), relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), bem como observar os regulamentos do município correspondente no qual a empresa é prestadora de serviços, bem como no município do estabelecimento tomador dos serviços (ou seja, do município da unidade contratante) para que as notas fiscais sejam devidamente escrituradas e o recolhimento ocorra em conformidade às disposições legais, considerando o prazo constante do item 13.1, devendo o mesmo considerar também o vencimento do recolhimento do referido imposto e fazer o percentual correspondente constar do campo próprio da nota fiscal.

13.5.1. No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao Contratante dentro do próprio mês da prestação, deve ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no subitem abaixo.

13.5.2. Caso o Contratado não observe o prazo para recolhimento do ISS e o término da contagem do prazo disposto no subitem acima ultrapasse o prazo para recolhimento do mesmo, o valor de possíveis penalidades, multas e afins, serão abatidos do valor líquido a ser pago à empresa, não sendo o Contratante onerado com tais custos de forma alguma.

13.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.6.1. A Administração deverá analisar a documentação descrita no item 13.6 a fim de: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.6.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

13.8. A nota fiscal eletrônica ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhada da documentação exigida no item 13.6, deverão ser encaminhadas para o **Departamento de Suprimentos e Serviços - DSS**, em formato digital, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, utilizando-se a funcionalidade de Peticionamento / Processo novo (devendo ser utilizado um processo distinto para cada período de pagamento), mediante cadastro prévio como usuário externo, disponível no link: https://www.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12947.

13.8.1. Excepcionalmente, mediante justificativa formal e aprovação prévia da Administração Pública, será admitido o envio da documentação por e-mail ou em meio físico.

13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-----------------------	--

13.10. O Contratante efetuará o pagamento o objeto contratado somente ao Contratado, vedada sua negociação com terceiros.

13.11. Caso ocorra, serão abatidos do valor da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devido ao Contratado, os custos com deslocamentos, hospedagens e afins, de advogado e preposto do Contratante para defesa em ações trabalhistas diversas, propostas por funcionários do Contratado.

13.11.1. Somente não será aplicada à Contratada a providência descrita no subitem acima caso elabore a respectiva defesa ou medida judicial cabível, mediante substabelecimento, submetendo-a obrigatoriamente ao crivo do Contratante.

13.12. O CRF-SP é considerado consumidor final e, portanto, deverá a Contratada obedecer ao fixado no artigo. 155, § 2º, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil.

14. REAJUSTE

1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, datado de 18/03/2026.

14.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em

substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), em razão da baixa complexidade técnica dos serviços e do valor estimado da contratação, que não justifica a imposição dessa obrigação. A cobrança da garantia poderia restringir a competitividade e limitar a participação de fornecedores, contrariando os princípios da economicidade e da ampla concorrência.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As sanções administrativas aplicáveis ao Contratado encontram-se definidos na Minuta do Contrato, anexo a este contrato.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

17.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

17.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

17.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

17.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

17.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

17.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.18. Caso os documentos listados para habilitação fiscal, social e trabalhista não apresentem prazo de validade expresse, considerar-se-á o prazo de 6 (seis) meses, contados de sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

17.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

17.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida em prazo não superior à 90 (noventa) dias da data da apresentação da proposta comercial ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

17.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.21.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.21.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total anual da contratação é de **R\$ 68.227,33** (sessenta e oito mil, duzentos e sete reais e trinta e três centavos), conforme valores anuais por serviço dispostos na tabela do Item 1 deste anexo.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.2. As despesas decorrentes da presente contratação estão consignadas no orçamento para o exercício 2026 e correrão à conta de 6.2.2.1.1.01.04.04.005.007 – Elemento de despesa: Serviço de Manutenção, Adaptação, e Conservação de Bens Móveis e Imóveis.

19.1. Sempre que a vigência do contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

ANEXO II – TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO RELATIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP QUE ENTRE SI FIRMAM O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA

O **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRF-SP)**, autarquia instituída pela Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, inscrita no CNPJ sob o nº 60.975.075/0001-10, com sede na Rua Capote Valente, 487, Jardim América, São Paulo/SP, CEP 05.409-001, neste ato representado por sua Presidente, Dra. Luciana Canetto Fernandes e por sua Diretora Tesoureira, Dra. Adryella de Paula Ferreira Luz, nomeadas conforme Deliberação nº 26, de 10/12/2025, publicada no DOU de 15/12/2025, edição 238, seção 2, páginas 88/89, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa [razão social], inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na [endereço completo], neste ato representada por seu (sua), Sr.(a), conforme atos constitutivos da empresa **[OU]** procuração apresentada nos autos, adiante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº CRFSP25.6.000036189-1, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90029/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de dedetização e controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores), com fornecimento de mão de obra, materiais e produtos necessários, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água para atendimento das necessidades da Sede, Seccionais e demais imóveis do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, nas condições estabelecidas neste contrato.

1.1.1. O serviço de dedetização e controle de pragas urbanas deverá estar em conformidade com a RDC ANVISA nº 622/2022, bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, Portaria GM/MS nº 888/2021 (padrões de potabilidade da água) e NBR 5626/2020 (instalações prediais de água fria).

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EXECUÇÃO
1	Serviço de dedetização e controle de pragas urbanas compreendendo desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores para Sede e Seccionais do CRF-SP	2 vezes ao ano (1 por semestre)
2	Serviço de Limpeza e Desinfecção de Caixas D'água para Sede e Seccionais do CRF-SP	2 vezes ao ano (1 por semestre)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. QUANTIDADES, LOCAIS, ÁREAS, APLICAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Cláusula a ser replicada do TR

3. DEFINIÇÃO DE DEDETIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS CAIXAS DE ÁGUA PERIÓDICA E VISTORIA DOS LOCAIS

3.1. Cláusula a ser replicada do TR

4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO

4.1. Cláusula a ser replicada do TR

5. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE LIMPEZA E DESSINFECÇÃO DAS CAIXAS DE ÁGUA

5.1. Cláusula a ser replicada do TR

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Cláusula a ser replicada do TR

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Cláusula a ser replicada do TR

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cláusula a ser replicada do TR

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Cláusula a ser replicada do TR

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. Cláusula a ser replicada do TR

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Cláusula a ser replicada do TR

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Cláusula a ser replicada do TR

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em de de 2026 e término em de de 2027, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

13.1.2. A contagem do prazo de vigência terá como termo inicial a data determinada pela administração em sua minuta, e encerrará no dia anterior à data inicial do ano seguinte.

14. PREÇO E PAGAMENTO

14.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....), distribuído da seguinte forma:

ITEM 1 - DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP				
Sub-item	Local / Município	CNPJ Faturamento	Valor Unitário	Valor Total Anual (2 execuções)
1.1	Sede - São Paulo	60.975.075/0001-10	R\$ __, __	R\$ __, __
1.2	Sobreloja - São Paulo	60.975.075/0001-10	R\$ __, __	R\$ __, __
1.3	Seccional Araçatuba	60.975.075/0004-62	R\$ __, __	R\$ __, __
1.4	Seccional Araraquara	60.975.075/0013-53	R\$ __, __	R\$ __, __
1.5	Seccional Bauru	60.975.075/0017-87	R\$ __, __	R\$ __, __
1.6	Seccional Barretos	60.975.075/0015-15	R\$ __, __	R\$ __, __
1.7	Seccional Bragança Paulista	60.975.075/0025-97	R\$ __, __	R\$ __, __
1.8	Seccional Campinas	60.975.075/0016-04	R\$ __, __	R\$ __, __
1.9	Seccional Fernandópolis	60.975.075/0010-00	R\$ __, __	R\$ __, __
1.10	Seccional Franca	60.975.075/0021-63	R\$ __, __	R\$ __, __
1.11	Seccional Guarulhos	60.975.075/0019-49	R\$ __, __	R\$ __, __
1.12	Seccional Jundiaí	60.975.075/0007-05	R\$ __, __	R\$ __, __
1.13	Seccional Marília	60.975.075/0024-06	R\$ __, __	R\$ __, __

1.14	Seccional Mogi das Cruzes	60.975.075/0023-25	R\$ __, __	R\$ __, __
1.15	Seccional Osasco	60.975.075/0027-59	R\$ __, __	R\$ __, __
1.16	Seccional Piracicaba	60.975.075/0006-24	R\$ __, __	R\$ __, __
1.17	Seccional Presidente Prudente	60.975.075/0018-68	R\$ __, __	R\$ __, __
1.18	Seccional Ribeirão Preto	60.975.075/0005-43	R\$ __, __	R\$ __, __
1.19	Seccional Santos	60.975.075/0020-82	R\$ __, __	R\$ __, __
1.20	Seccional Santo André	60.975.075/0011-91	R\$ __, __	R\$ __, __
1.21	Seccional São João da Boa Vista	60.975.075/0014-34	R\$ __, __	R\$ __, __
1.22	Seccional São José do Rio Preto	60.975.075/0002-09	R\$ __, __	R\$ __, __
1.23	Seccional São José dos Campos	60.975.075/0003-81	R\$ __, __	R\$ __, __
1.24	Seccional Sorocaba	60.975.075/0022-44	R\$ __, __	R\$ __, __
1.25	Seccional São Paulo (Leste)	60.975.075/0009-77	R\$ __, __	R\$ __, __
1.26	Seccional São Paulo (Sul)	60.975.075/0008-96	R\$ __, __	R\$ __, __
1.27	Campinas (imóvel inativo)	60.975.075/0016-04	R\$ __, __	R\$ __, __
VALOR TOTAL DO ITEM 1			R\$ __, __	R\$ __, __

ITEM 2 - LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP				
Sub-item	Local / Município	CNPJ Faturamento	Valor Unitário	Valor Total Anual (2 execuções)
2.1	Sede - São Paulo	60.975.075/0001-10	R\$ __, __	R\$ __, __
2.2	Seccional Araçatuba	60.975.075/0004-62	R\$ __, __	R\$ __, __
2.3	Seccional Araraquara	60.975.075/0013-53	R\$ __, __	R\$ __, __
2.4	Seccional Bauru	60.975.075/0017-87	R\$ __, __	R\$ __, __
2.5	Seccional Fernandópolis	60.975.075/0010-00	R\$ __, __	R\$ __, __
2.6	Seccional Presidente Prudente	60.975.075/0018-68	R\$ __, __	R\$ __, __
2.7	Seccional Ribeirão Preto	60.975.075/0005-43	R\$ __, __	R\$ __, __
2.8	Seccional São José dos Campos	60.975.075/0003-81	R\$ __, __	R\$ __, __

2.9	Seccional São José do Rio Preto	60.975.075/0002-09	R\$ __, __	R\$ __, __
VALOR TOTAL DO ITEM 2			R\$ __, __	R\$ __, __

14.2. O pagamento será realizado após a completa execução dos serviços e/ou entrega dos itens, no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, creditada em conta bancária da Contratada, mediante atesto do departamento gestor do contrato.

14.2.1. Caso seja devolvida por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal novo prazo de 21 (vinte e um) dias será contado a partir de sua reapresentação, sem qualquer ônus para o Contratante, independentemente da data de vencimento.

14.3. A nota fiscal poderá ser substituída por fatura ou documento equivalente, observada a legislação aplicável.

14.4. No campo para descrição na nota fiscal o Contratado deverá informar os dados bancário para depósito, fazendo constar o banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso o Contratado opte por esta forma de pagamento.

14.4.1. Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá observar as retenções previstas nos subitens abaixo.

14.5. Para emissão da nota fiscal, o Contratado deverá observar a legislação fiscal vigente e suas alterações subsequentes, especialmente a [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012](#), e suas alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, devendo fazer constar no campo próprio da nota fiscal os percentuais de descontos e retenções.

14.5.1. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o [art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), em relação às suas receitas próprias, deverão, juntamente com a nota fiscal para pagamento, apresentar devidamente preenchido o Anexo IV da instrução Normativa a que se refere o item anterior.

14.6. Além do disposto acima, o Contratado também deverá observar a [Lei Complementar nº 116/2003](#), relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), bem como observar os regulamentos do município correspondente no qual a empresa é prestadora de serviços, bem como no município do estabelecimento tomador dos serviços (ou seja, do município da unidade contratante) para que as notas fiscais sejam devidamente escrituradas e o recolhimento ocorra em conformidade às disposições legais, considerando o prazo constante do item 14.2, devendo o mesmo considerar também o vencimento do recolhimento do referido imposto e fazer o percentual correspondente constar do campo próprio da nota fiscal.

14.6.1. No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao Contratante dentro do próprio mês da prestação, deve ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no subitem abaixo.

14.6.2. Caso o Contratado não observe o prazo para recolhimento do ISS e o término da contagem do prazo disposto no subitem acima ultrapasse o prazo para recolhimento do mesmo, o valor de possíveis penalidades, multas e afins, serão abatidos do valor líquido a ser pago à empresa, não sendo o Contratante onerado com tais custos de forma alguma.

14.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.7.1. A Administração deverá analisar a documentação descrita no item 14.7 a fim de: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.7.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

14.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente acompanhada da documentação descrita no item 10.6, deverão ser encaminhadas para o

Departamento de Suprimentos e Serviços - DSS, na forma digital (nota fiscal eletrônica), via SEI – Sistema Eletrônico de Informações (peticionamento intercorrente / novo processo, distinto para cada pagamento), por meio do cadastro de usuário externo https://www.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12947). Excepcionalmente, mediante justificativa e aprovação da Administração Pública, o envio do documento será admitido o envio por e-mail ou físico.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6 / 100) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------	--

14.11. O Contratante efetuará o pagamento o objeto contratado somente ao Contratado, vedada sua negociação com terceiros.

14.12. Caso ocorra, serão abatidos do valor da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devido ao Contratado, os custos com deslocamentos, hospedagens e afins, de advogado e preposto do Contratante para defesa em ações trabalhistas diversas, propostas por funcionários do Contratado.

14.12.1. Somente não será aplicada à Contratada a providência descrita no subitem acima caso elabore a respectiva defesa ou medida judicial cabível, mediante substabelecimento, submetendo-a obrigatoriamente ao crivo do Contratante.

14.13. O CRF-SP é considerado consumidor final e, portanto, deverá a Contratada obedecer ao fixado no artigo. 155, § 2º, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil.

15. REAJUSTE

15.1. Cláusula a ser replicada do TR

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

3. Compensatória de **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. Na aplicação da multa, serão aplicadas as devidas correções monetárias mediante uso do índice INPC/IBGE, levando-se em conta o mês do fato gerador como data inicial, e o último índice divulgado como data final, no momento da aplicação da penalidade, nos termos do artigo 16, § 4º da [Portaria CRF-SP nº 03, de 2024](#).

16.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

16.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

16.12. A aplicação das sanções previstas neste edital realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na [Portaria CRF-SP nº 03, de 2024](#), **inclusive quanto uso de intimações eletrônicas por meio do Sistema de Eletrônico de Informação - SEI**.

17. EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

17.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.2.3. Indenizações e multas.

17.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

18. CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), na forma do [art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20. ORIENTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO

20.1. Na execução do presente contrato é vedado ao Contratante e a Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor, e/ou fiscal seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

20.2. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

21. PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#), observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

21.2. O Contratado tem ciência que em razão do art. 7º, §3º, da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais contidos neste instrumento serão divulgados no portal da transparência do CRF-SP e, se necessário, em outros sistemas utilizados pela autarquia, independentemente de autorização prévia.

22. FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, por meio eletrônico, juntamente com as testemunhas, para que se produzam os necessários efeitos legais.

<< ASSINATURAS >>

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:		CEP:
MUNICÍPIO:		ESTADO:
CNPJ/MF:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
TELEFONE:		E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:		
CARGO/FUNÇÃO:		

Pelo presente apresentamos proposta comercial para a licitação visando a “**prestação de serviços de dedetização e controle de pragas urbanas (desinsetização, descupinização, desratização e controle de vetores)**, com fornecimento de mão de obra, materiais e produtos necessários,

bem como a limpeza e desinfecção das caixas d'água, para a Sede, Seccionais e demais imóveis do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM 1 - DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP						
Sub-item	Local / Município / CNPJ Faturamento	Endereço	Especificação	Área Total (m²)	Descrição dos Serviços	VALOR UNITÁRIO
1.1	Sede - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, CEP 05409-001 / CJ:01, Loja, 11,12, 21, 22, 31, 32, 41, 42, 51, 61, 62, 71, 81, 82,91,92, 10º andar e Garagens (Subsolo 1 e 2)	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s) e garagens]	1152,68	Desinsetização; Descupinização; Desratização (Garagens e loja)	R\$ __, __
1.2	Sobreloja - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Amaral Gurgel, 477, conj. 1 e 2 - Vila Buarque, CEP 01302-000 / CJ: Sala 21, Sala 32, Salão 1º, Salão 2º	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	574,40	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.3	Seccional Araçatuba 60.975.075/0004-62	Av. Waldemar Alves, 1215 - Vila Industrial, CEP 16072-175	Casa comercial [Áreas internas e externas]	268,45	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)	R\$ __, __
1.4	Seccional Araraquara 60.975.075/0013-53	Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo CEP 14801-385	Casa comercial [Áreas internas e externas]	418,00	Desinsetização; Controle de pragas (escorpião)	R\$ __, __
1.5	Seccional Bauru 60.975.075/0017-87	Rua Manoel Pereira Rolla, 14 - Vila Nova, CEP 17012-190	Casa comercial [Áreas internas e externas]	170,79	Desinsetização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.6	Seccional Barretos 60.975.075/0015-15	Rua Dezoito, 331 - conj. 61 - Centro, CEP 14780-060	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	126,70	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.7	Seccional Bragança Paulista 60.975.075/0025-97	Av. Salvador Markovicz, 135, conj. 307 - Taboão, CEP 12916-400	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	44,74	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.8	Seccional Campinas 60.975.075/0016-04	Rua Ibsen da Costa Manso, 30, Jd Chapadão, CEP 13070-078	Casa comercial [Áreas internas e externas]	128,20	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)	R\$ __, __
1.9	Seccional Fernandópolis 60.975.075/0010-00	Rua Rio Grande do Sul, 2181, Coester, CEP 15600-067	Casa comercial [Áreas internas e externas]	261,72	Desinsetização; Desratização; Controle de pragas (escorpião)	R\$ __, __
1.10	Seccional Franca 60.975.075/0021-63	Av. Sete de Setembro, 500, conj. 207, CEP 14401-278	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	54,94	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.11	Seccional Guarulhos 60.975.075/0019-49	Av. Salgado Filho, 252, conj. 408 e 409, CEP 07115-000	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	219,50	Desinsetização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.12	Seccional Jundiaí 60.975.075/0007-05	Rua Hilda Del Nero Bisquolo, 102, conj. 807, CEP 13208-703	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	45,55	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.13	Seccional Marília 60.975.075/0024-06	Av. Monte Carmelo 560, conj. 02, Fragata, CEP 17519-030	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	128,37	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.14	Seccional Mogi das Cruzes 60.975.075/0023-25	Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 145, conj. 1014, Jd. Armênia CEP 08780-500	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	135,88	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.15	Seccional Osasco 60.975.075/0027-59	Av. dos Autonomistas, 900 - conj. 2108, CEP 06020-010	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	57,00	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.16	Seccional Piracicaba 60.975.075/0006-24	Av. Independência, 724, conj. 17, Alto, CEP 13419-160	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	50,23	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.17	Seccional Presidente Prudente 60.975.075/0018-68	Rua Claudinor Sandoval, 407 - Jd. Paulista, CEP 19023-200	Casa comercial [Áreas internas e externas]	244,17	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.18	Seccional Ribeirão Preto 60.975.075/0005-43	Rua Dr. Soares Romeu, 404 - Jardim São Luiz CEP 14020-370 - Ribeirão Preto - SP	Casa comercial [Áreas internas e externas]	210,00	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __

1.19	Seccional Santos 60.975.075/0020-82	Av. Conselheiro Nébias, 730 - Sala 73 - Boqueirão, CEP 11045-002	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	98,00	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.20	Seccional Santo André 60.975.075/0011-91	Av. Portugal, 141, 5º andar Conjunto 51 - Centro, CEP 09040-010	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	84,98	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.21	Seccional São João da Boa Vista 60.975.075/0014-34	Av. Dr. Durval Nicolau, 2.472 – conj. 01 - Riviera de São João, CEP 13874-142	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	88,74	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.22	Seccional São José do Rio Preto 60.975.075/0002-09	Rua Rubião Junior, 2634 - Centro CEP 15010-090	Casa comercial [Áreas internas e externas]	285,60	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
1.23	Seccional São José dos Campos 60.975.075/0003-81	Rua Antonio Moraes Barros, 66 – Centro, CEP 12245-690	Casa comercial [Áreas internas e externas]	158,00	Desinsetização; Desratização	R\$ __, __
1.24	Seccional Sorocaba 60.975.075/0022-44	Rua Conde D'Eu, 142 - Vergueiro - CEP 18030-040	Casa comercial [Áreas internas e externas]	347,50	Desinsetização; Controle de pragas (escorpião)	R\$ __, __
1.25	Seccional São Paulo (Leste) 60.975.075/0009-77	Rua Padre João, 444, conj. 44 e 45 - Penha, CEP 03637- 000	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	102,87	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.26	Seccional São Paulo (Sul) 60.975.075/0008-96	Av. das Nações Unidas, 18801, conj. 1601 - Jd. Dom Bosco, CEP 04757-025	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	85,94	Desinsetização; Descupinização; Controle de pragas (pombo)	R\$ __, __
1.27	Campinas (imóvel inativo) 60.975.075/0016-04	Rua Ribeiro Barata, 79, Salas 113 e 114. Vila Itapura, CEP: 13023-030 - Campinas - SP	Conjunto(s) comercial(is) [Apenas áreas internas do(s) conjunto(s)]	79,04	Desinsetização; Descupinização	R\$ __, __
VALOR TOTAL UNITÁRIO (1 EXECUÇÃO/SEMESTRE)						R\$ __, __
VALOR TOTAL (2 EXECUÇÕES/ANO)						R\$ __, __

ITEM 2 - LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA SEDE E SECCIONAIS DO CRF-SP					
Sub-Item	Local / Município / CNPJ Faturamento	Endereço	Quantidade de Caixas X Capacidades (Litros)	Descrição dos Serviços	VALOR UNITÁRIO
2.1	Sede - São Paulo 60.975.075/0001-10	Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, CEP 05409-001	4 x 7.500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no prédio da Sede	R\$ __, __
2.2	Seccional Araçatuba 60.975.075/0004-62	Av. Waldemar Alves, 1215 - Vila Industrial, CEP 16072-175	1 x 1.000 L 1 x 500 L 1 x 250 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.3	Seccional Araraquara 60.975.075/0013-53	Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo CEP 14801-385	2 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.4	Seccional Bauru 60.975.075/0017-87	Rua Manoel Pereira Rolla, 14 - Vila Nova, CEP 17012-190	2 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.5	Seccional Fernandópolis 60.975.075/0010-00	Rua Rio Grande do Sul, 2181, Coester, CEP 15600-067	3 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.6	Seccional Presidente Prudente 60.975.075/0018-68	Rua Claudinor Sandoval, 407 - Jd. Paulista, CEP 19023- 200	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.7	Seccional Ribeirão Preto 60.975.075/0005-43	Rua Dr. Soares Romeu, 404 - Jardim São Luiz CEP 14020-370 - Ribeirão Preto - SP	1 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.8	Seccional São José dos Campos 60.975.075/0003-81	Rua Antonio Moraes Barros, 66 – Centro, CEP 12245-690	3 x 500 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.9	Seccional São José do Rio Preto 60.975.075/0002-09	Rua Rubião Junior, 2634 - Centro CEP 15010-090	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
2.10	Seccional Sorocaba 60.975.075/0022-44	Rua Conde D'Eu, 142 - Vergueiro - CEP 18030-040	2 x 1.000 L	Execução dos serviços de limpeza dos reservatórios de água (superiores), com aplicação semestral, portanto, 2 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses no imóvel	R\$ __, __
VALOR TOTAL UNITÁRIO (1 EXECUÇÃO/SEMESTRE)					R\$ __, __
VALOR TOTAL (2 EXECUÇÕES/ANO)					R\$ __, __

a) Prazo de Entrega: (Conforme edital e seus anexos)

b) Prazo de Pagamento: (Conforme edital e seus anexos)

c) Validade de proposta: (Não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação)

1. Declaramos que em nos preços cotados, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRF-SP.

2. Declaramos para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supramencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência.

3. Declaramos, expressamente, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação e que concordamos e nos sujeitamos às normas e condições estabelecidas no Edital e respectivos Anexos, bem como a Lei nº 14.133/2021.

DADOS BANCÁRIOS

Banco: Agência: Conta:

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

RG: CPF:

E-mail:

TESTEMUNHA

Nome:

RG: CPF:

E-mail:

Observação: O representante legal e testemunha indicada não poderão ter o mesmo e-mail

(Local), de de 2026.

.....
(Assinatura, devidamente identificada)

PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADA POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, CONFORME ATO CONSTITUTIVO, OU PROCURADOR(ES) DEVIDAMENTE HABILITADO(S) (ANEXAR PROCURAÇÃO)

SIGNATÁRIOS

ASSINADO POR:

Elizabeth Adaniya - Coordenadora de Licitações e Contratos

ELABORADO POR:

Mariana Dias Torres Carriel - Departamento de Licitações e Contratos

Leticia Conceição da Silva - Departamento de Suprimentos e Serviços

APROVADO POR:

Rosiane Luzia Franca - OAB/SP nº 370.141 - Consultoria Jurídica



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Adaniya, Coordenadora**, em 17/04/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Dias Torres Carriel, Consultora de Licitação e Contratos**, em 17/04/2026, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosiane Luzia França, Procuradora**, em 17/04/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Conceição da Silva, Coordenadora**, em 17/04/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1115720** e o código CRC **9C39ACB0**.